

Pacheco Pereira baseia-se em documentação que a grande maioria do público desconhece. Embora uma história mais detalhada do partido continue em falta, este é o melhor livro publicado sobre o assunto até ao momento. De modo a completar o quebra-cabeças que constitui a actividade do PCP durante o período da Internacional Comunista, Pacheco Pereira realiza um excelente trabalho de síntese da documentação de variados arquivos, tanto em Portugal como na Rússia e noutros países. Assim, encorajo todos aqueles que tiverem qualquer interesse pelo PCP a lerem o primeiro volume da esperada trilogia de Pacheco Pereira.

CARLOS A. CUNHA

Marcelo Rebelo de Sousa, A Revolução e o Nascimento do PPD, vols. I e II, Lisboa, Bertrand, 2000.

Estes dois volumes de Marcelo Rebelo de Sousa têm como objectivo principal o de traçar a memória do nascimento e evolução do PPD no contexto revolucionário, desde 1974 a 1976. O autor vem dar um contributo inegável para a literatura existente sobre a criação daquele partido. Rebelo de Sousa não se propõe fazer uma *análise* do nascimento do PPD. Pelo contrário, afirma logo de início que se trata de um «depoimento inevita-

velmente subjectivo, que não quer fazer história nem substituir-se à fria análise dos sociólogos e politólogos». No entanto, o autor poderia ter sintetizado parte do relato diário do que foi a revolução que se estende por mais de mil páginas. Não se nota qualquer preocupação em dar uma fluidez narrativa ao texto, tornando-o de difícil leitura. Para além disso, o relato do dia a dia da revolução e do nascimento do PPD parece porvir exclusivamente de duas fontes: o jornal *Expresso* e o jornal oficial do PPD, *Povo Livre*. Esta obra é por isso simultaneamente excessiva e insuficiente: por um lado, o autor perde-se em minúcias; por outro, raramente analisa qualquer aspecto do processo que viveu.

Os volumes dividem-se em três fases: a primeira relata a criação do PPD até à crise Palma Carlos; a segunda fase, a mais longa, dá conta do período em que o PPD foi liderado por Emídio Guerreiro e Sá Borges; a terceira, nas vésperas do 25 de Novembro, com o regresso de Sá Carneiro à liderança do partido, passando pela primeira cisão no partido e o reconhecimento oficial da existência de facções no PPD.

A importância das circunstâncias do nascimento dos partidos para o seu posterior desenvolvimento já foi amplamente discutida na literatura especializada. Seguindo a tipologia de Maurice Duverger, na sua origem o PPD pode ser classificado de «partido de quadros». O PPD (tal como o PS e o CDS) não emergiu de um movimento social, como os partidos de massas criados no século XX. Pelo

contrário, o seu nascimento deveu-se sobretudo à vontade de uma elite com ligações à SEDES, ao jornal *Expresso*, à ala liberal e à Igreja católica. Foi, portanto, um partido criado «de cima para baixo». Este facto não é despreciando, pois irá condicionar o comportamento interno do partido desde a sua criação¹. Um dos traços principais do PPD, em particular a preponderância do líder e dos órgãos de liderança nacionais, pode atribuir-se a estas origens. Este aspecto é realçado também no segundo capítulo da obra de Rebelo de Sousa, onde se relata o papel de Sá Carneiro no governo de Palma Carlos. Viviam-se então um ambiente de grandes incertezas políticas e era Sá Carneiro, como líder, que marcava as posições do partido no dia a dia do governo. Estas decisões tomavam precedência à própria organização do partido, como, por exemplo, o arrendamento de um local para sede do PPD.

Partindo desta origem, abrem-se duas frentes de acção política no PPD, que estão presentes ao longo de todo o livro de Rebelo de Sousa: a luta no terreno para criar as ligações à sociedade com que não nasceu, que é um trabalho essencialmente de organização de comícios, mas também de trabalho jornalístico para influenciar a opinião pública (neste campo, o próprio autor, com apenas 26 anos, é um dos protago-

nistas); a luta a nível institucional, que foi travada essencialmente pelo líder. Até à realização das eleições de 1975, a única legitimidade era a de quem tinha feito a revolução, o MFA. Daí que a *posição relativa dos partidos* face ao MFA, que se ficava a dever às negociações e manobras diárias do líder, fosse mais importante em termos de poder fáctico do que o putativo apoio que cada partido obteria num acto eleitoral, cuja data se encontrava por definir e poderia até não vir a realizar-se. Claro que as duas frentes de acção política estavam intimamente ligadas: a estratégia falhada de Sá Carneiro com a queda do governo de Palma Carlos dificultou o trabalho «no terreno» dos militantes do PPD, por exemplo.

Foi depois da queda do governo Palma Carlos, em Julho de 1974, com o líder relativamente enfraquecido, que o PPD realizou o seu primeiro congresso, onde se apresentaram duas facções opostas: a de Jorge Sá Borges e a de Sá Carneiro. Sá Borges conseguiu o controle da Comissão Política Nacional. A revolução acelerou, ao mesmo tempo que Sá Carneiro se viu afastado por motivos de doença, primeiro, para Londres e, depois, para Espanha, até ao fim de Setembro de 1975. Esse foi o principal factor que diferenciou o nascimento do PPD do de outros partidos criados sensivelmente no mesmo período: a ausência, embora não definitiva, do líder no momento de consolidação de estruturas. À parte o PCP, que se encontrava já bem

¹ V., entre outros, M. C. Lobo (2000), «Governos partidários numa democracia recente: Portugal, 1976-1995», vol. xxxv (154-155), pp. 147-174.

estruturado na véspera da revolução, nos outros partidos essa consolidação foi marcada pela forte personalidade dos líderes, nomeadamente Mário Soares no PS e Diogo Freitas do Amaral no CDS. Até Novembro de 1975, estes líderes foram imprimindo a coerência ideológica possível aos seus partidos, enquanto tentavam não ser engolidos pela revolução. Aqui está talvez uma das razões pelas quais o PPD seja falho de consistência ideológica, comparado com os outros partidos: é que logo de início o PPD teve dois líderes, Sá Carneiro e Emídio Guerreiro, com posições ideológicas, se não antagónicas, bem distantes.

Com o afastamento de Sá Carneiro começa uma segunda fase da vida do partido, em que Emídio Guerreiro e Sá Borges, figuras do quadrante mais à esquerda do PSD, controlaram o partido. Esta liderança coincidiu com a aceleração do processo revolucionário, e as posições mais esquerdistas de Guerreiro permitiram ao PPD a manutenção de boas relações com o MFA, mantendo-se o PPD à tona neste período conturbado. Mas o partido limitou-se a existir e a acção política no terreno também se ressentiu disso. Durante este período construiu-se um mal-entendido dentro do PSD entre os que entendiam a liderança de Emídio Guerreiro como um *mal necessário* enquanto Sá Carneiro não podia, por motivos de saúde, exercê-la e os que acreditavam que Sá Borges e Emídio Guerreiro estavam de facto a imprimir o cunho

ideológico ao partido. Este mal-entendido deu origem a várias cisões no partido logo com o regresso de Sá Carneiro, sempre com a saída dos que se posicionavam no quadrante mais esquerdista da liderança. Mas nem todos saíram e esta ambiguidade caracteriza o PPD/PSD desde as suas origens até hoje. O estudo de Marcelo Rebelo de Sousa não resolve por isso a questão da indefinição ideológica do partido, mas contribui para uma explicação das razões desse fenómeno.

O livro foca também o dia a dia da revolução. Ao longo do chamado Verão quente de 1975, e mesmo no período anterior, o poder da esquerda atinge o auge. À época, o PPD não se encontrava no centro da acção política, como o PS, o MFA, o PCP ou grupos de extrema-esquerda. Antes travava uma luta pela sobrevivência e, por vezes, pela própria integridade física dos membros, tentando sempre «colar-se» ao PS, ao MFA e mesmo ao PCP e tentando impedir as «colagens» do CDS, do ELP e do MDLP ao próprio partido. O que nos traz ao relato de situações vividas pelo autor e outros membros do PPD na altura. Os pormenores que caracterizaram esses tempos, que foram de juventude para muita da classe política de hoje e de uma enorme participação política por parte de grande parte da população, contrastam vivamente com o cinzentismo político e os níveis de abstenção eleitoral que se vivem hoje em Portugal.